



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2024**  
**CREDENCIAMENTO Nº 003/2024**

**O MUNICÍPIO DE INHAMBUPE, através da Secretaria Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Batista Xavier, nº 40, Centro, Inhambupe Bahia, CNPJ. 12.092.015/0001-06, através da Comissão Permanente de Avaliação e Credenciamento, designada pela portaria nº 11/2024, faz saber aos interessados que fará realizar seleção de Pessoa Jurídica e/ou Pessoa Física, através de Credenciamento, com fulcro no artigo 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 79 da mesma Lei, no Decreto Municipal nº 138/2023, conforme as especificações abaixo:**

**1. DO OBJETO:**

1.1. O presente edital tem por objeto do credenciamento para **Contratação de Pessoa Física Ou Jurídica especializada na Prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme as especificações e condições constantes neste Edital, contemplando os critérios de habilitação e os valores fixados para a realização da prestação dos serviços.

1.2 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.2.1. ANEXO I - Termo de Referência.

1.2.2 ANEXO I.I – Tabela de preços.

1.2.3. ANEXO II – Formulário de inscrição ao credenciamento.

1.2.4. ANEXO III – Declarações do requerimento de credenciamento.

1.2.5. ANEXO IV – Minuta do termo de contrato ao credenciamento.

1.2.6. ANEXO V– Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

1.2.7. ANEXO VI – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

1.2.8. ANEXO VII– Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

1.2.9. ANEXO VIII - Modelo de declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

1.2.10. ANEXO IX - Modelo de Proposta de Preços;

Rua Batista Xavier, s/nº Inhambupe - Ba Tel.: (75) 3431-2853/2470/2525. CNPJ 12.092.015/0001-06  
CEP: 48.490-000



1.2.11. ANEXO X – Modelo de Declaração da licitante de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

2.1. Poderão participar deste processo licitatório Pessoas Jurídicas e/ou Pessoas Físicas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de Pessoas Jurídicas:

2.2.1. Em formação de consórcio;

2.2.2. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.2.2.1 Em caso de empresas em recuperação judicial, admite-se a participação, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

2.2.3. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.4. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

2.2.5. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do artigo 156, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021, e decretos regulamentadores;

2.2.6. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

2.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.2.10. Que não pertença ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação.

2.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

## **3. DO PROCEDIMENTO:**



3.1. O procedimento obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei nº 8.078/1990 e Lei Complementar nº 123/2006.

3.2. É assegurado acesso permanente a qualquer interessado Pessoa Jurídica ou pessoa física que preencha as exigências estabelecidas para o credenciamento, podendo realizar inscrição **a partir do dia 05 de setembro de 2024, das 08:00 horas às 14:00 horas.**

3.3. O prazo de vigência do credenciamento é de 12 (doze) meses durante o qual as interessadas poderão se credenciar desde que atendam às condições de habilitação, observadas as condições fixadas neste Edital e as normas pertinentes.

3.4. A contratação será firmada por ato formal da autoridade administrativa competente, após o reconhecimento do cumprimento de todas as exigências estabelecidas, o que ensejará a subscrição do Termo de Contrato ao Credenciamento, o qual terá vigência de 12 meses.

3.5 A prestação dos serviços será remunerada com base nos valores definidos nos Anexos deste Edital, ficando expressamente vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela de remuneração adotada.

3.6. É vedada a cessão ou transferência do Termo de Contrato, total ou parcial, bem como a subcontratação parcial do objeto.

3.7 Para realizar o credenciamento a **Comissão Permanente de Avaliação e Credenciamento** poderá utilizar-se de assessoramento técnico ou jurídico, através de consultas em tempo real, podendo solicitar parecer técnico que integrará o processo.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO:**

4.1 O processo de credenciamento seguirá as seguintes etapas:

- a) Inscrição;
- b) Habilitação;
- c) Classificação;
- d) Realização de sorteio entre os credenciados, se for o caso;
- e) Convocação;
- f) Assinatura do Termo de Contrato;
- g) Publicação de Resumo do Termo de Contrato.

4.2. As três primeiras etapas correspondem ao processo de credenciamento, e as duas etapas seguintes, à própria execução dos efeitos do credenciamento.

4.3. A divulgação da lista dos credenciados em sítio eletrônico oficial, não impõe à administração a obrigação de celebrar Termo de Contrato.

#### **5. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO:**

Rua Batista Xavier, s/nº Inhambupe - Ba Tel.: (75) 3431-2853/2470/2525. CNPJ 12.092.015/0001-06  
CEP: 48.490-000





5.1. O processo de Credenciamento será conduzido pela **Comissão Permanente de Avaliação e Credenciamento da Secretaria Municipal de Saúde**.

## **6. DO PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO:**

### **6.1. DA INSCRIÇÃO**

6.1.1. O credenciamento poderá ser feito a qualquer tempo, enquanto vigente o prazo, desde que preenchidas as condições e atender a todas as exigências deste Edital;

6.1.2 O ato de inscrição para o processo de credenciamento se dará através de preenchimento de formulário disponibilizado no anexo II deste Edital e apresentação dos seguintes documentos:

### **6.2 DA HABILITAÇÃO**

#### **I. PESSOA FÍSICA:**

- a) Documentos Pessoais (Documento de Identificação Oficial com foto e CPF)
- b) Título de Eleitor;
- c) Certidão de Quitação Eleitoral;
- d) Currículo Resumido do Profissional que irá executar os serviços, devidamente assinado;
- e) Cópia autenticada da Carteira do respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços;
- f) Cópia autenticada do Diploma ou Certificado de conclusão do curso do profissional / especialização que irá executar os serviços;
- g) Certidão Negativa de Débito com o respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços;
- h) Certidão Negativa de Nada Consta de Processo com o respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços (que não responde a processo disciplinar);
- i) Declaração de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.
- j) Cópia comprovante de residência
- j.1) Deve constar data de emissão com o máximo de 60 dias da data de habilitação;





- k) Cópia de Comprovante de Conta Corrente;
- l) Certidão Negativa da Receita Federal;
- m) Certidão Negativa da Receita Municipal
- n) Certidão Negativa da Receita Estadual;
- o) Certidão Negativa débitos Trabalhista (CNDT);
- p) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida no site do TCU;
- q) Certidão Negativa de Licitantes Inabilitados emitida no site do TCU;
- r) Declaração de Autônomo;
- s) Declaração de Acumulação de Cargos com firma reconhecida do declarante;
- t) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- u) Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;
- v) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste TR e seus anexos;
- w) Declaração de que não é servidor público do Poder Executivo Municipal;
- x) Atestado de Antecedentes Criminais;
- y) Em se tratando de estrangeiros a documentação deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.
- y.1) Apresentação, quando exigido por lei, comprovante de revalidação de diploma e registro profissional, emitido pela autoridade competente.

## **II. PESSOA JURÍDICA:**

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;
- h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- i) Cópia da Documento de Identificação Oficial com Foto e CPF dos sócios ou proprietários da empresa.
- j) Cópia do Contrato de Prestação de Serviço, firmado entre a licitante e o profissional técnico indicado;
- k) Cópia da ficha de Registro de Empregados – RE e ou do Livro de Registro de Empregados, onde conste a contratação do profissional e identificação da empresa licitante, ou ainda, da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- l) Cópia do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado que comprove vínculo societário.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **III. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



- a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- b) Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Alvará expedido pela Vigilância Sanitária;
- h) Comprovante de inscrição no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde);
- i) Registro do responsável técnico da empresa na entidade profissional competente.
- j) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- k) Quando houver exigência dos órgãos competentes, a Pessoa Jurídica deve apresentar comprovante de autorização/regularidade de órgãos como INMETRO, ANVISA, CONSELHOS DE CLASSE FEDERATIVO dentre outros.
- l) Quando serviços tratados de exigir qualificação técnica profissional com fiscalização através do Sistema de Conselhos Profissional, a Pessoa Jurídica deve apresentar juntamente com a documentação de habilitação, os documentos constantes exigido no Termo de referência.
- m) No momento da contratação, poderá ser exigido documentos previstos em Lei, das quais não consta no Termo de Referência.





#### IV. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
- b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{(ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$

$$SG = \frac{ATIVO TOTAL}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$

$$LC = \frac{ATIVO CIRCULANTE}{PASSIVO CIRCULANTE}$$



- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- g) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.1333/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.
- h) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## V. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;
- b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- d) A Pessoa Física ou Jurídica disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela**



**Administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

6.2.5. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.6. O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

6.2.7. Toda documentação exigida nesse Edital poderá ser apresentada em original, cópia autenticada na forma da lei ou pela **Comissão Permanente de Avaliação e Credenciamento** ou servidor designado por esta.

6.2.8. As empresas interessadas deverão preencher todos os itens do formulário, podendo credenciar-se nos serviços junto à Comissão de Contratação do Município de Inhambupe - Bahia

6.2.9. O formulário preenchido e demais documentos previstos no item 6 deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde de Inhambupe - BA, no seguinte endereço: **Rua Batista Xavier nº 40, Centro, Inhambupe, BA** e endereçada à **Comissão Permanente de Avaliação e Credenciamento**, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, cuja parte externa deverá constar a seguinte descrição:

Modelo:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA TELEFONE PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAMBUPE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO
---

6.2.10. As pessoas interessadas receberão comprovante de inscrição identificando o nome, CPF e RG, devidamente datado e assinado por servidor designado.

6.2.11. Não poderá ser habilitada, a sociedade empresária que deixar de apresentar documentação prevista no item 6, ou deixar de prestar informações complementares solicitadas durante o processo de credenciamento pela Comissão de Contratação, mediante comunicação indicado no formulário de inscrição.





6.2.12. A **Comissão Permanente de Avaliação e Credenciamento** devolverá a documentação aos interessados que tiverem suas inscrições indeferidas.

6.2.13 A **Comissão Permanente de Avaliação e Credenciamento** concluirá pela habilitação das interessadas, mediante parecer circunstanciado e individualizado por pretendente, que cumprirem as exigências do item 6;

### **6.3. Documentações complementares:**

a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;

b) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

### **6.4. Da classificação:**

6.4.1. A Comissão, após análise da documentação dos participantes, verificada sua regularidade, se o número de empresas superior ao necessitado, ordenará a classificação dos credenciados para fins de contratação, obedecendo o seguinte critério:

6.4.2 A classificação dos convocados se dará mediante ordem de credenciados, desde que observados e atendidos os critérios objetivos da escolha.

6.4.3. Após realizado análise dos documentos relativos à habilitação o resultado será disponibilizado no Sítio Eletrônico Oficial.

6.4.4. Havendo desc credenciamento, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

6.4.5. A Comissão avaliará os casos omissos, considerando sempre o interesse público.

6.4.6 É assegurada a rotatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado, inclusive entre os que já estão credenciados.



## **7. DA CONVOCAÇÃO:**

7.1. A convocação dar-se-á de acordo com as necessidades, metas planejadas e programadas e a disponibilidade financeira e orçamentária.

7.2. A Comissão convocará o credenciado para a prestação do serviço, através de publicação no Sítio Eletrônico Oficial.

7.3. O ato de convocação conterá, resumidamente, objeto, local da prestação do serviço, valor da contratação, fundamento legal e dotação orçamentária.

7.4. O convocado deverá assinar o Termo de Contrato, que lhe será encaminhado pela Comissão de Contratação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data de recebimento deste.

7.5. A convocada que não comparecer para assinatura do Termo de Contrato, no prazo estipulado, decairá do direito de prestar o serviço, independentemente de notificação, deverá prestar esclarecimentos pertinentes no prazo de 72 (setenta e duas) horas após findo o prazo de Adesão, estando sujeita às penalidades previstas na Lei 14.133/2021, inclusive com descredenciamento.

7.6. Caso a convocada não atualizar a documentação exigida para assinatura do Termo de Contrato, será convocada a próxima credenciada da lista, respeitada a ordem de classificação.

7.7. A execução dos serviços somente será autorizada após a publicação do extrato do Termo de Contrato, em conformidade com suas cláusulas.

## **8. RECURSOS:**

8.1. Das decisões da Comissão de Credenciamento, inabilitação do participante ou de elaboração da lista dos credenciados, caberá recurso a ser interposto, no prazo de 03 (três) dias, contados da sessão pública e da lavratura da ata, nos termos do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual deverá ser protocolizado no Setor de Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde de Inhambupe - BA, no seguinte endereço: **Rua Batista Xavier nº 40, Centro, Inhambupe, BA, Inhambupe, BA**, CEP: 48.490-000 ou encaminhado para o e-mail: [licitacao02@inhambupe.ba.gov.br](mailto:licitacao02@inhambupe.ba.gov.br).

8.2. Recebido o recurso, a Comissão, no prazo de 03 (três) dias úteis, procederá a instrução deste, com os documentos e informações necessários, procedendo ao juízo prévio de retratação, se for o caso.

8.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

9.1. As condições de pagamento serão previstas no Termo de Contrato, considerando as especificidades da prestação do serviço, a duração e o custo previsto para este, ressaltando



sempre o interesse público e o equilíbrio financeiro do Termo de Contrato, conforme as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

## **10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

### **Categoria Econômica: Serviços**

**Órgão:** 2070 – Secretaria Municipal de Saúde

**Projeto Atividade:**

2204 – Gestão e manutenção das ações – Hospital

2209 – Gestão e manutenção das ações – Atenção Especializada

**Elemento Despesa:**

339039 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

339036 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física

**Fonte:** 500, 600, 706

## **11. RESCISÃO:**

11.1. A inexecução do Termo de Contrato, total ou parcial, ensejará a sua rescisão e demais as consequências previstas no termo, na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a VI e IX, do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2.1 A rescisão do Termo de Contrato implicará o descredenciamento.

11.3. A prestadora poderá rescindir administrativamente sua inscrição no credenciamento, desde que comunique expressamente esta intenção com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

11.4. A rescisão do ajuste, poderá ser solicitado a qualquer tempo, pelo credenciado, mediante notificação à Administração, com antecedência de 05 dias.

## **12. DO DESCREDENCIAMENTO:**

12.1. Constituem hipóteses de descredenciamento:

I – Incidir em uma das hipóteses previstas nos itens 11.1 a 11.2 deste Edital;

II – Deixar o credenciado de apresentar as atualizações dos documentos solicitados;

III – Recusar-se o credenciado, quando convocado, a assinar o Termo de Contrato;

IV – Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontem princípios constitucionais;

V – Obter nota inferior a 60% (sessenta por cento) na avaliação de desempenho;





VI – Superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;

VII- Desatendimento as determinações regulares da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Inhambupe - BA, destinadas a regulamentação e desenvolvimento dos serviços profissionais credenciados;

VIII - Os casos de descredenciamentos serão formalmente motivados, assegurando-se o direito ao contraditório, e ampla defesa.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

13.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data de recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

13.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacao02@inhambupe.ba.gov.br](mailto:licitacao02@inhambupe.ba.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde de Inhambupe - BA, no seguinte endereço: **Rua Batista Xavier nº 40, Centro, Inhambupe, BA – CEP 48.490-000.**

13.3. A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de recebimento dos envelopes.

13.4. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

13.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Comissão de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de recebimento dos envelopes, exclusivamente pelo endereço eletrônico [licitacao02@inhambupe.ba.gov.br](mailto:licitacao02@inhambupe.ba.gov.br).

13.6. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de recebimento dos envelopes, podendo a Comissão de Contratação requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

13.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de credenciamento.

### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

14.1. O Município de Inhambupe – BA, poderá prorrogar, adiar, revogar ou anular o presente Edital, na forma da Lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.



14.2. A qualquer tempo, antes da data de abertura do credenciamento, poderá o Município de Inhambupe - BA, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das inscrições propostas.

14.3. É facultada à Comissão de Contratação promover, a qualquer tempo, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de processos.

14.4. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento mediante ato motivado da Comissão de Contratação.

14.5. Poderá a autoridade competente, a qualquer tempo, excluir credenciado, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à habilitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

14.6. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto deste credenciamento poderão ser prestados no local de entrega dos documentos ou no endereço eletrônico [licitacao02@inhambupe.ba.gov.br](mailto:licitacao02@inhambupe.ba.gov.br)

14.7. A revisão ou reajustamento dos preços só ocorrerá mediante alterações dos preços dos anexos integrantes do presente credenciamento, considerando o interesse da Administração, justo preço do mercado e nas hipóteses de força maior e caso fortuito, sempre precedidos de justificativa.

14.8. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Inhambupe, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo Município de Inhambupe - Bahia, com auxílio técnico da Comissão de Contratação.

Inhambupe – Bahia, 04 de setembro de 2024.

**Antônio de Araújo Dantas**  
**Secretário Municipal de Saúde**



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde

#### **1 DO OBJETO**

**1.2** Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos.

**1.3** Os serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**1.4** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.138/2024.

**1.5** A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, porém será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente.

**1.6** O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021.

#### **2. DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** Justifica-se a presente solicitação tendo em vista a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**2.2** A contratação pretendida consiste na referência do estudo técnico preliminar que caracteriza o interesse público para o fornecimento, a fim de evidenciar a solução a ser atendida de modo a permitir a avaliação econômica da contratação, definido no art. 18, §1º da Lei n. 14.133/2021.

**2.3** A contratação, via CREDENCIAMENTO, é a opção da modalidade escolhida como a melhor forma de atendimento aos interesses públicos, garantindo eficiência, flexibilidade e continuidade dos serviços de saúde.





### 3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

ITEM	PROCEDIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.1	COLECISTECTOMIA	PROCEDIMENTO	90	R\$ 2.087,31	R\$ 187.857,90
1.2	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	10	R\$ 2.772,20	R\$ 27.722,00
1.3	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	PROCEDIMENTO	7	R\$ 1.889,72	R\$ 13.228,04
1.4	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS	PROCEDIMENTO	23	R\$ 157,50	R\$ 3.622,50
1.5	EXERESE DE CISTO SACRO- COCCIGEO	PROCEDIMENTO	12	R\$ 492,96	R\$ 5.915,52
1.6	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	PROCEDIMENTO	26	R\$ 955,49	R\$ 24.842,74
1.7	HEMORROIDECTOMIA	PROCEDIMENTO	150	R\$ 1.263,76	R\$ 189.564,00
1.8	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	PROCEDIMENTO	80	R\$ 1.601,23	R\$ 128.098,40
1.9	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	25	R\$ 1.308,77	R\$ 32.719,25
1.10	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	PROCEDIMENTO	50	R\$ 1.349,80	R\$ 67.490,00
1.11	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	PROCEDIMENTO	140	R\$ 1.704,08	R\$ 238.571,20
1.12	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	PROCEDIMENTO	17	R\$ 1.782,04	R\$ 30.294,68
1.13	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	PROCEDIMENTO	110	R\$ 1.739,96	R\$ 191.395,60
1.14	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	PROCEDIMENTO	16	R\$ 2.184,16	R\$ 34.946,56
1.15	HISTERECTOMIA TOTAL	PROCEDIMENTO	200	R\$ 2.536,12	R\$ 507.224,00
1.16	HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	30	R\$ 1.858,72	R\$ 55.761,60
1.17	MIOMECTOMIA	PROCEDIMENTO	90	R\$ 2.115,76	R\$ 190.418,40
1.18	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	PROCEDIMENTO	10	R\$ 1.968,06	R\$ 19.680,60
1.19	POSTECTOMIA	PROCEDIMENTO	30	R\$ 517,12	R\$ 15.513,60
1.20	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	PROCEDIMENTO	23	R\$ 678,40	R\$ 15.603,20
1.21	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	PROCEDIMENTO	23	R\$ 803,59	R\$ 18.482,57

**3.1** O custo estimado total da contratação é de R\$1.998.952,36 (um bilhão e novecentos e noventa e oito mil e novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).

**3.2** Para definição de preços fora utilizado com referência o ANEXO II da Nota Técnica 01/2024 do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia (COSEMS/BA).



**3.3** Para definição do quantitativo, fora analisado o banco de dados da fila da regulação ponderando a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão dos serviços públicos prestados.

#### **4. DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**4.1** O serviço contratado será realizado por execução indireta.

**4.2** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**I.** O local de realização dos procedimentos será executado preferencialmente no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Antônio Carlos Magalhães, observando-se a realidade do centro cirúrgico para o tipo de procedimento a ser executado, objetivando sempre o bem-estar do paciente.

**II.** A periodicidade e dias de execução dos procedimentos, serão definidos no momento da solicitação e em conformidade com as especificidades de cada procedimento.

**4.3** A CREDENCIADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

#### **5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A descrição da solução como um todo, encontra-se especificada no Estudo Técnico Preliminar – ETP e abrange o Credenciamento de Pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos, necessários à continuidade da solução das necessidades nas dependências da Administração Municipal.

O credenciamento visa atender especificações do Programa Nacional de Redução de Filas instruída pela Portaria GM/MS nº90/2023 e pela Nota Técnica CIB nº97/2024 e continuidade de assistência a saúde para os munícipes de Inhambupe, cabendo o prazo da prestação ser mediante as necessidades apresentadas pela Administração Pública.

#### **6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**6.1** Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



**Categoria Econômica:** Serviços

**Órgão:** 2070 – Secretaria Municipal de Saúde

**Projeto Atividade:**

2204 – Gestão e manutenção das ações – Hospital

2209 – Gestão e manutenção das ações – Atenção Especializada

**Elemento Despesa:**

339039 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

339036 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física

**Fonte:** 500, 600, 706

## **7. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

**7.1** O prazo de execução deverá de 48 horas, a contar da assinatura do contrato, e o prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ocorrer a prorrogação de vigência do contrato, caso cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

§1º. Só será admitida a contratação de Pessoa Física para execução do objeto constante neste TR, na inexistência de vínculo do profissional com Pessoa Jurídica que conste em seu rol de atividades (CNAE – Código Nacional de Atividades Econômicas) a categoria de serviço requisitados no **item 4** do presente TR.

§2º. Os documentos exigidos para habilitação tanto para Pessoa Física ou Jurídica poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas por quaisquer integrantes da Comissão de Licitação, a partir do original.

§3º. Os documentos emitidos via internet, por órgãos ou entidades públicas, e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações. A comissão de licitação poderá averiguar a autenticidade dos documentos emitidos via internet mediante pesquisa nos sites respectivos.

**8.1** Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo





contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

**8.2** Sendo assim, os documentos exigidos serão:

**8.2.1 Habilitação jurídica:**

**I. Pessoa Física:**

- a) Documentos Pessoais (Documento de Identificação Oficial com foto e CPF)
- b) Título de Eleitor;
- c) Certidão de Quitação Eleitoral;
- d) Currículo Resumido do Profissional que irá executar os serviços, devidamente assinado;
- e) Cópia autenticada da Carteira do respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços;
- f) Cópia autenticada do Diploma ou Certificado de conclusão do curso do profissional / especialização que irá executar os serviços;
- g) Certidão Negativa de Débito com o respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços;
- h) Certidão Negativa de Nada Consta de Processo com o respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços (que não responde a processo disciplinar);
- i) Declaração de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.
- j) Cópia comprovante de residência
  - j.1) Deve constar data de emissão com o máximo de 60 dias da data de habilitação;
- k) Cópia de Comprovante de Conta Corrente;
- l) Certidão Negativa da Receita Federal;



- m)** Certidão Negativa da Receita Municipal
- n)** Certidão Negativa da Receita Estadual;
- o)** Certidão Negativa débitos Trabalhista (CNDT);
- p)** Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida no site do TCU;
- q)** Certidão Negativa de Licitantes Inabilitados emitida no site do TCU;
- r)** Declaração de Autônomo;
- s)** Declaração de Acumulação de Cargos com firma reconhecida do declarante;
- t)** Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- u)** Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;
- v)** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste TR e seus anexos;
- w)** Declaração de que não é servidor público do Poder Executivo Municipal;
- x)** Atestado de Antecedentes Criminais;
- y)** Em se tratando de estrangeiros a documentação deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.
- y.1)** Apresentação, quando exigido por lei, comprovante de revalidação de diploma e registro profissional, emitido pela autoridade competente.

## **II. Pessoa Jurídica:**

- a)** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;
- h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- i) Cópia da Documento de Identificação Oficial com Foto e CPF dos sócios ou proprietários da empresa.
- j) Cópia do Contrato de Prestação de Serviço, firmado entre a licitante e o profissional técnico indicado;
- k) Cópia da ficha de Registro de Empregados – RE e ou do Livro de Registro de Empregados, onde conste a contratação do profissional e identificação da empresa licitante, ou ainda, da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- l) Cópia do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado que comprove vínculo societário.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





**Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**m)** Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

**n)** Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**o)** Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**p)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**q)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**r)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**s)** Alvará expedido pela Vigilância Sanitária;

**t)** Comprovante de inscrição no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde);

**u)** Registro do responsável técnico da empresa na entidade profissional competente.

**v)** Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

**w)** Quando houver exigência dos órgãos competentes, a Pessoa Jurídica deve apresentar comprovante de autorização/regularidade de órgãos como INMETRO, ANVISA, CONSELHOS DE CLASSE FEDERATIVO dentre outros.



x) Quando serviços tratados nesse TR exigir qualificação técnica profissional com fiscalização através do Sistema de Conselhos Profissional, a Pessoa Jurídica deve apresentar juntamente com a documentação de habilitação, os documentos constantes no item 10.2.1 inciso I, alíneas a, b, c, d, e, f, g, h.

y) No momento da contratação, poderá ser exigido documentos previstos em Lei, das quais não consta nesse TR.

### **Qualificação Econômico-Financeira:**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

z) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

z.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;

z.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

z.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

z.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

aa) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



$$LG = \frac{(ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$

$$SG = \frac{ATIVO TOTAL}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$

$$LC = \frac{ATIVO CIRCULANTE}{PASSIVO CIRCULANTE}$$

**bb)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

**cc)** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**dd)** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**ee)** Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

**ff)** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.





## **9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**I.** Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

**a)** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**b)** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**c)** A Pessoa Física ou Jurídica disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela Administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**I.** A seleção do prestador deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência.

## **11. DA GARANTIA DA PROPOSTA**

**I.** Não será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

## **12. DA GARANTIA DO CONTRATO**

**I.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1** A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Edna da Rocha Souza dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida



a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

**13.2** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

**13.3** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**13.4** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**13.5** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**13.6** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

**13.7** O gestor do contrato, será a servidora **Rebeca Pamela Martins Bezerra**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

**I.** analisar a documentação que antecede o pagamento;

**II.** analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

**III.** analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

**IV.** analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

**V.** acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

**VI.** decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;



**13.8** O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência.

**13.9** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

## **14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**14.1** O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida contratação, se dará:

- I.** provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;
- II.** definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**14.2** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados da liquidação, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da Lei 14.133/21.

**I.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

- a)** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

**I.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e relatório dos serviços prestados-

- b)** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.





c) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

d) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**II.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**III.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**II.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**III.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

## **15. 12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **15.1 A CONTRATADA obriga-se a:**

**I.** executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**II.** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;



**III.** arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;

**IV.** utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

**V.** apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e/ou outro documento equivalente;

**VI.** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;

**VII.** instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

**VIII.** relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**IX.** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**X.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**XI.** não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

**15.2** Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

**1.2** As características indicadas na proposta vinculam a referida contratação;



## **16. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

### **16.1 A CONTRATANTE obriga-se a:**

**I.** Proporcionar todas as condições para que a CREDENCIADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

**I.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**II.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**III.** Notificar a CREDENCIADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**II.** Pagar à CREDENCIADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**I.** Será admitida a subcontratação parcial desde que não parte essencial do serviço.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.3** O Município de Inhambupe reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

**1.4** Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal 138/2024.

**18.1** Fica eleito o foro da Comarca de Inhambupe como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

---

**LEANDRO SILVA MATOS**  
Diretor de Administração e Logística





Decreto 255/2024  
Secretaria Municipal de Saúde

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias à prestação dos serviços, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Inhambupe-BA, 30 de julho de 2024

---

**ANTONIO DE ARAÚJO DANTAS**  
Secretário Municipal de Saúde  
Decreto 151/2023



**ANEXO II**  
**TABELA DE PREÇOS**

ITEM	PROCEDIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.1	COLECISTECTOMIA	PROCEDIMENTO	90	R\$ 2.087,31	R\$ 187.857,90
1.2	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	10	R\$ 2.772,20	R\$ 27.722,00
1.3	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	PROCEDIMENTO	7	R\$ 1.889,72	R\$ 13.228,04
1.4	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS	PROCEDIMENTO	23	R\$ 157,50	R\$ 3.622,50
1.5	EXERESE DE CISTO SACRO- COCCIGEO	PROCEDIMENTO	12	R\$ 492,96	R\$ 5.915,52
1.6	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	PROCEDIMENTO	26	R\$ 955,49	R\$ 24.842,74
1.7	HEMORROIDECTOMIA	PROCEDIMENTO	150	R\$ 1.263,76	R\$ 189.564,00
1.8	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	PROCEDIMENTO	80	R\$ 1.601,23	R\$ 128.098,40
1.9	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	25	R\$ 1.308,77	R\$ 32.719,25
1.10	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	PROCEDIMENTO	50	R\$ 1.349,80	R\$ 67.490,00
1.11	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	PROCEDIMENTO	140	R\$ 1.704,08	R\$ 238.571,20
1.12	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	PROCEDIMENTO	17	R\$ 1.782,04	R\$ 30.294,68
1.13	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	PROCEDIMENTO	110	R\$ 1.739,96	R\$ 191.395,60
1.14	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	PROCEDIMENTO	16	R\$ 2.184,16	R\$ 34.946,56
1.15	HISTERECTOMIA TOTAL	PROCEDIMENTO	200	R\$ 2.536,12	R\$ 507.224,00
1.16	HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	30	R\$ 1.858,72	R\$ 55.761,60
1.17	MIOMECTOMIA	PROCEDIMENTO	90	R\$ 2.115,76	R\$ 190.418,40
1.18	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	PROCEDIMENTO	10	R\$ 1.968,06	R\$ 19.680,60
1.19	POSTECTOMIA	PROCEDIMENTO	30	R\$ 517,12	R\$ 15.513,60
1.20	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	PROCEDIMENTO	23	R\$ 678,40	R\$ 15.603,20
1.21	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	PROCEDIMENTO	23	R\$ 803,59	R\$ 18.482,57



**ANEXO II**

**MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO**

**À COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO,**

**REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – Município de Inhambupe - Bahia.**

O interessado, abaixo qualificado, requer sua inscrição no credenciamento do Município de Inhambupe - Bahia, objetivando **Contratação de Pessoa Física Ou Jurídica especializada na Prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, através da Secretaria de Saúde, nos termos do Credenciamento nº 003/2024.

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL:

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CEP:

Telefones - Comercial:

Cel.:

E-mail:

XXXXXXXXXXXX - Bahia, XX de XXXXXXXXXX de 2024.

**Representante Legal:**

**Empresa:**

**CNPJ nº:**

Obs.: Assinatura e carimbo da empresa ou assinatura eletrônica.





**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES DO REQUERIMENTO DE**  
**CREDENCIAMENTO**

**À COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO,**

XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXX, neste ato representado por XXXXXX, portador do documento de identidade nº XXXXXX emitido por XXXXXX, vem requerer, através do presente, o seu credenciamento para prestar serviço de XXXXXXXXX, conforme edital e regulamento publicado por este Município.

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a) Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- b) Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- c) Realizará todas as atividades a que se propõe;
- d) Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- e) Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- f) Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- g) Se compromete a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- h) As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

Junta ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento, devidamente assinada e rubricada.

XXXXXXXXXXXX- XX, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

*(Nome e assinatura do representante legal)*

*Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital*



**ANEXO IV**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº**

**XXX/XXXX**

**CREDENCIAMENTO Nº 003/2024**

Pelo presente contrato que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE INHAMBUPE - BAHIA**, com sede na Praça da Bandeira, nº 74 - Centro na cidade de Inhambupe /Estado BA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.647.185/0001-72, neste ato representado(a) pelo(a) neste ato representado pelo Prefeito **Sr. FORTUNATO SILVA COSTA**, brasileiro, maior, capaz, residente e domiciliada nesta Cidade e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** inscrito no CNPJ sob o Nº 12.092.015/0001-06, situado na Rua João Silva Nery S/N, Centro, Inhambupe – Bahia, neste ato representado pelo Secretário de Saúde **Sr. ANTÔNIO DE ARAÚJO DANTAS**, brasileiro, maior, capaz residente e domiciliada nesta Cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXXX (nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, habilitado no **Credenciamento nº XXX/XXXX**, resolvem celebrar o presente termo de Contrato de pessoa jurídica e/ou física para prestação de serviço, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021, pelas demais condições previstas no edital do **Credenciamento nº 003/2024**, bem como mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

O presente termo tem por objeto o credenciamento para **Contratação de Pessoa Física Ou Jurídica especializada na Prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, conforme as especificações e condições constantes no Edital e Termo de Referência e documentos anexos.

O objeto contempla os critérios técnicos específicos, os pré-requisitos e os valores fixados para a realização da prestação dos serviços, tendo em vista a homologação do Processo de Credenciamento nº 003/2024, com base no que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, nos termos da legislação vigente aplicável à matéria, assim como, pelas condições



do edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidas dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1 O credenciado obriga-se a prestar os serviços, objeto deste edital de credenciamento, pelo valor de **R\$ XX.XXX,XX (XXXXXX)**, nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.

2.2 - Os pagamentos dos serviços prestados deverão ser realizados na conta corrente do CONTRATANTE, devendo os respectivos créditos ser lançados no **BANCO XXX, AGÊNCIA XXXXX, CONTA BANCARIA XXXX**, em nome da CONTRATADA.

2.3 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** inscrito no CNPJ sob o Nº 12.092.015/0001-06.

2.4 - Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

2.5 – Na execução desse contrato, as despesas relativas a pessoal representam um total de 60% (sessenta por cento), sendo 40% (quarenta por cento) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.

2.7 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_.

2.8 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.9 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.10 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.11 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.12 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.





2.13 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.14 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO**

3.1 O pagamento será efetuado em até 60 (sessenta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, na conta corrente informada, agência e Banco, mediante nota de prestação de serviço que deverá ser enviada para a Secretária Municipal de Saúde tendo em conta o número de procedimentos efetivamente realizados.

3.2. Todos os encargos, impostos e demais tributos correm por conta do Credenciado.

3.3. Nos preços computados neste Contrato, estão incluídos todos os custos com salários encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento, pelo contratado de suas obrigações.

3.4. O pagamento à pessoa credenciada será efetuado através de ordem bancária ou crédito em conta corrente em até trinta dias úteis, desde que devidamente atestada a conclusão de cada etapa do serviço correspondente.

### **CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 As despesas provenientes do objeto deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária do Município de Inhambupe- BA, por intermédio dos recursos consignados no orçamento:

**Órgão: 2070 – Secretaria Municipal de Saúde**

**Projeto Atividade:**

**2204 – Gestão e manutenção das ações – Hospital**

**2209 – Gestão e manutenção das ações – Atenção Especializada**

**Elemento Despesa:**

**339039 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica**

**339036 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física**

**Fonte: 500, 600, 706**

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

A CREDENCIANTE deverá:



- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Credenciada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c) Notificar a Credenciada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas
- d) efetuar o pagamento pela prestação de serviço do objeto do presente Contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Terceira deste Instrumento.
- e) na hipótese de atraso de pagamento dos créditos resultantes do presente Contrato, será acrescida ao valor dos mesmos a taxa de 0,01% ao dia, a título de compensação financeira, aplicada desde o dia imediatamente subsequente do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

## **CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

- 6.1 Prestar os serviços objeto deste contrato, fielmente, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.2 Manter durante o período que estiver credenciado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento.
- 6.3 Cumprir os horários com pontualidade e assiduidade.
- 6.4 Executar os serviços nas condições estipuladas no Termo de Referência e no Edital.
- 6.5 Comunicar ao Secretário, por escrito, e com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.
- 6.6 Manter-se habilitado junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria.
- 6.7 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 6.8 Comunicar à CREDENCIANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.
- 6.9 Responsabilizar-se por todos os danos causados à CREDENCIANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas.



6.10 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante

6.12 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual de maneira correta, preferencialmente mediante transferência bancária na conta de titularidade do trabalhador;

6.13 Instruir todos os seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas;

6.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

### **CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

7.1 O presente Termo de Contrato de Credenciamento terá o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** O prazo de vigência será a prorrogado, mediante termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 92, IV)**

**8.1.** O regime de execução dos serviços a serem executados pelo CONTRATADO, os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.





## 9. CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato a servidora **Edna Rocha Souza**, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.7.6. O gestor do contrato será a servidora **Rebeca Pamela Martins Bezerra** que acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.



**10.8.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

**10.8.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**10.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**10.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**10.9.2.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**10.10.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**10.11.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**10.12.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES E SANÇÕES**

### **13.1. Penalidades**



13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

13.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.3 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.4 dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.5 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.6 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.10 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

### **13.2. Sanções**

13.2.1 Verificada uma das hipóteses previstas nos subitens anteriores, a Secretaria municipal de Saúde poderá optar pela convocação dos demais credenciados, se houver.

13.2.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Secretaria municipal de Saúde poderá, garantida a prévia defesa do credenciado, no prazo de 15 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

13.2.2.1. advertência;

13.2.2.2. multa;

13.2.2.3. impedimento de licitar e contratar;

13.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Multa calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.





13.5. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018**

14.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

14.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

14.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, Certidões em geral, endereços eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação e outros quando cabível.

14.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

14.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES GERAIS**



15.1 Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Credenciamento e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

15.2 A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Credenciamento, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

15.3 O credenciado se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Sexta.

15.4 O presente Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.

15.5. Os casos omissos serão decididos pela Credenciante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis.

15.6. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

15.7 Fica eleito o Foro da Comarca de Inhambupe- BA, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Credenciamento.

E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

XXXXXXXXXXXX- BA, XX de \_\_\_\_\_ de XXXX.

**ANTÔNIO DE ARAÚJO DANTAS**  
**SECRETÁRIO DE SAÚDE**  
**(CONTRATANTE)**

**EMPRESA**  
**REPRESENTANTE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**



**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE**  
**HABILITAÇÃO**  
**(ART. 63, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/21)**

**À COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

CREDENCIAMENTO Nº 003/2024

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), (CNPJ Nº), sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no edital referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da credenciamento referenciado.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao Credenciamento em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

XXXXXXXXXXXX- XX, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

*(Nome e assinatura do representante legal)*

***Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital***





**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS**  
**RESERVADOS PREVISTO EM LEI**  
**(ART. 63, INCISO IV, DA LEI Nº 14.133/21)**

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), (CNPJ Nº), sediada no (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

XXXXXXXXXXXX- XX, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

*(Nome e assinatura do representante legal)*

*Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital*



**ANEXO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE**  
**PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI**  
**Nº 11.488, DE 2007.**

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 003/2024

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Credenciamento nº 002/2024, promovido pela Secretara Municipal de Saúde do Município de Inhambupe - Bahia, com entrega dos envelopes a partir das XX:XX horas do dia XX/XX/20XX, que a empresa (nome completo) – (CNPJ), com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

XXXXXXXXXXXX- XX, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20XX.

*(Nome e assinatura do representante legal)*

*Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital*



**ANEXO VIII**

**MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO  
ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI,  
DA LEI 14.133/2021).**

**À COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

CREDENCIAMENTO Nº 003/2024

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara par aos devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim ( )

Não ( )

XXXXXXXXXXXX- XX, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

*(Nome e assinatura do representante legal)*

*Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital*





**ANEXO IX**  
**MODELO PROPOSTA DE PREÇO**

Razão Social/Pessoa Física:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone:

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE INHAMBUPE  
- BAHIA.**

Vimos apresentar proposta comercial referente ao Credenciamento N° 003/2024, cujo objeto é a contratação de pessoas jurídicas e/ou físicas, para **Prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações:

tem	Descrição do serviço	Und.	Valor Unitário
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Serviço	R\$ XX

DECLARO para todos os fins de direito, que concordo com todas as condições, estipuladas no Edital de Credenciamento N° 003/2024, bem como seus anexos, principalmente no tocante à forma da prestação dos serviços, preços e prazos.

Comprometemo-nos a fornecer todas as informações e documentos que nos forem solicitados, bem como, a nos mantermos em dia com todas as condições que se fizerem necessárias para autorizar o nosso credenciamento.

Estamos cientes que, a qualquer momento o Município poderá cancelar o presente credenciamento, e que, com isso não nos caberá qualquer reclamação ou pedido de indenização.



Com o objetivo de manter o cadastro de credenciado sempre atualizado, informaremos de imediato, toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em nossos dados cadastrais.

A Prestação dos serviços a que nos propomos não implicará qualquer vinculação empregatícia com o Município de Inhambupe - Bahia, não podendo, portanto, pretendemos ou exigirmos vantagens daí decorrentes.

DECLARO que as informações prestadas são verdadeiras, que concordo com os valores estabelecidos pelo Município de Inhambupe - Bahia

XXXXXXXXXXXX- XX, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

*(Nome e assinatura do representante legal)*

*Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital*



**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA  
ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da  
Lei nº 14.133/2021).**

**CREDENCIAMENTO Nº 003/2024**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

XXXXXXXXXXXX- XX, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

*(Nome e assinatura do representante legal)*

*Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital*





## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

### PARA AUTORIDADE COMPETENTE

#### IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE:

**Área Requisitante:** Secretaria Municipal de Saúde

**Responsável pela demanda:** Edna da Rocha Souza – Mat. 22505

#### OBJETO

Credenciamento de Pessoa Física ou Jurídica de direito privado para prestação de serviço de médicos de procedimentos cirúrgicos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	PROCEDIMENTO	UND	QTD
1.1	COLECISTECTOMIA	PROCEDIMENTO	90
1.2	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	10
1.3	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	PROCEDIMENTO	7
1.4	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS	PROCEDIMENTO	23
1.5	EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	PROCEDIMENTO	12
1.6	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	PROCEDIMENTO	26
1.7	HEMORROIDECTOMIA	PROCEDIMENTO	150
1.8	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	PROCEDIMENTO	80
1.9	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	25
1.10	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	PROCEDIMENTO	50
1.11	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	PROCEDIMENTO	140
1.12	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	PROCEDIMENTO	17
1.13	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	PROCEDIMENTO	110
1.14	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	PROCEDIMENTO	16
1.15	HISTERECTOMIA TOTAL	PROCEDIMENTO	200
1.16	HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	30
1.17	MIOMECTOMIA	PROCEDIMENTO	90
1.18	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	PROCEDIMENTO	10
1.19	POSTECTOMIA	PROCEDIMENTO	30
1.20	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	PROCEDIMENTO	23
1.21	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	PROCEDIMENTO	23

**Local da entrega ou prestação serviço:** Conforme Solicitação de Fornecimento

**Forma/periodicidade de entrega:** Conforme Solicitação de Fornecimento



## **JUSTIFICATIVA SIMPLIFICADA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista a necessidade redução da fila de espera para Cirurgias Eletivas em consonância com a Resolução CIB nº097/2024 e a Portaria GM/MS nº90 de 03 de fevereiro de 2023.

## **PRAZO DE VIGÊNCIA E PREVISÃO DE DATA PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO / FORNECIMENTO DO MATERIAL**

O prazo de início deverá ser de 48 (quarenta e oito) horas a partir da assinatura do contrato, com o prazo de execução de 12 (doze) meses e prazo de vigência de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021.

## **DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)**

A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, porém será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente.

Considerando à relevância e oportunidade do objeto da presente contratação, solicitamos a autorização de Vossa Excelência para abertura de processo de credenciamento de Pessoa Física ou Jurídica de direito privado para prestação serviço de médicos, de forma a suprir a demanda atual da Secretaria Municipal de Saúde.

Inhambupe-BA, 25 de julho de 2024

**LEANDRO SILVA MATOS**  
Diretor de Administração e Logística  
Decreto 255/2024 / Mat. 24594  
Secretaria Municipal de Saúde





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### ÓRGÃO REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Saúde

Número do processo administrativo: 41/2024

## INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância as normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

## 1 DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 1.1 OBJETO

Trata este Estudo Preliminar com o objetivo de verificar a viabilidade de credenciamento de Pessoa Física ou Jurídica de direito privado para prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Inhambupe visando suprir a necessidade dos munícipes.

A futura contratação justifica-se pela necessidade de atendimento da população assistida pela Secretaria Municipal de Saúde.





## 1.2 JUSTIFICATIVA

## 2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

### 3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sendo assim, os documentos exigidos serão:

**Habilitação jurídica:**

**a) Pessoa Física**

Documentos exigidos:

- a.1)** Documentos Pessoais (Documento de Identificação Oficial com foto e CPF)
- a.2)** Título de Eleitor;



- a.3)** Certidão de Quitação Eleitoral;
- a.4)** Currículo Resumido do Profissional que irá executar os serviços, devidamente assinado;
- a.5)** Cópia autenticada da Carteira do respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços;
- a.6)** Cópia autenticada do Diploma ou Certificado de conclusão do curso do profissional / especialização que irá executar os serviços;
- a.7)** Certidão Negativa de Débito com o respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços;
- a.8)** Certidão Negativa de Nada Consta de Processo com o respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços (que não responde a processo disciplinar);
- a.9)** Declaração de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.
- a.10)** Cópia comprovante de residência
- a.11)** Deve constar data de emissão com o máximo de 60 dias da data de habilitação;
- a.12)** Cópia de Comprovante de Conta Corrente;
- a.13)** Certidão Negativa da Receita Federal;
- a.14)** Certidão Negativa da Receita Municipal
- a.15)** Certidão Negativa da Receita Estadual;
- a.16)** Certidão Negativa débitos Trabalhista (CNDT);
- a.17)** Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida no site do TCU;
- a.18)** Certidão Negativa de Licitantes Inabilitados emitida no site do TCU;
- a.19)** Declaração de Autônomo;



- a.20)** Declaração de Acumulação de Cargos com firma reconhecida do declarante;
- a.21)** Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- a.22)** Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;
- a.23)** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste TR e seus anexos;
- a.24)** Declaração de que não é servidor público do Poder Executivo Municipal;
- a.25)** Atestado de Antecedentes Criminais;
- a.26)** Em se tratando de estrangeiros a documentação deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.
- a.27)** Apresentação, quando exigido por lei, comprovante de revalidação de diploma e registro profissional, emitido pela autoridade competente.

**b) Pessoa Jurídica**

- b.1)** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b.2)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- b.3)** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- b.4)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;





- b.5)** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- b.6)** No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- b.7)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;
- b.8)** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- b.9)** Cópia da Documento de Identificação Oficial com Foto e CPF dos sócios ou proprietários da empresa.
- b.10)** Cópia do Contrato de Prestação de Serviço, firmado entre a licitante e o profissional técnico indicado;
- b.11)** Cópia da ficha de Registro de Empregados – RE e ou do Livro de Registro de Empregados, onde conste a contratação do profissional e identificação da empresa licitante, ou ainda, da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- b.12)** Cópia do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado que comprove vínculo societário.
- b.13)** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Regularidade fiscal, social e trabalhista**

Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

- b.14)** Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;



**b.15)** Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**b.16)** Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**b.17)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**b.18)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**b.19)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**b.20)** Alvará expedido pela Vigilância Sanitária;

**b.21)** Comprovante de inscrição no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde);

**b.22)** Registro do responsável técnico da empresa na entidade profissional competente.

**b.23)** Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

**b.24)** Quando houver exigência dos órgãos competentes, a Pessoa Jurídica deve apresentar comprovante de autorização/regularidade de órgãos como INMETRO, ANVISA, CONSELHOS DE CLASSE FEDERATIVO dentre outros.

**b.25)** Quando serviços tratados nesse TR exigir qualificação técnica profissional com fiscalização através do Sistema de Conselhos Profissional, a Pessoa Jurídica deve apresentar juntamente com a documentação de habilitação, os documentos constantes no item 10.2.1 inciso I, alíneas a, b, c, d, e, f, g, h.





**b.26)** No momento da contratação, poderá ser exigido documentos previstos em Lei, das quais não consta nesse ETP.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**b.27)** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**a.1)** No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;

**a.2)** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**a.3)** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

**b.28)** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**b.29)** Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{(ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$





$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{(PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE)}$$

$$LC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE}$$

**a.4)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

**a.5)** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**a.6)** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**a.7)** Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.1333/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

**b.30)** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;



- c) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- e) A Pessoa Física ou Jurídica disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Dentro do presente estudo, foram analisados os históricos das demandas reprimidas através de informações fornecidas pela Coordenação da Regulação de Inhambupe deste Órgão, bem como foi ponderado a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão dos serviços públicos prestados.

ITEM	PROCEDIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.1	COLECISTECTOMIA	PROCEDIMENTO	90	R\$ 2.087,31	R\$ 187.857,90
1.2	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	10	R\$ 2.772,20	R\$ 27.722,00
1.3	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	PROCEDIMENTO	7	R\$ 1.889,72	R\$ 13.228,04
1.4	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS	PROCEDIMENTO	23	R\$ 157,50	R\$ 3.622,50
1.5	EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	PROCEDIMENTO	12	R\$ 492,96	R\$ 5.915,52
1.6	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	PROCEDIMENTO	26	R\$ 955,49	R\$ 24.842,74
1.7	HEMORROIDECTOMIA	PROCEDIMENTO	150	R\$ 1.263,76	R\$ 189.564,00
1.8	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	PROCEDIMENTO	80	R\$ 1.601,23	R\$ 128.098,40
1.9	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	25	R\$ 1.308,77	R\$ 32.719,25
1.10	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	PROCEDIMENTO	50	R\$ 1.349,80	R\$ 67.490,00
1.11	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	PROCEDIMENTO	140	R\$ 1.704,08	R\$ 238.571,20
1.12	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	PROCEDIMENTO	17	R\$ 1.782,04	R\$ 30.294,68





1.13	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	PROCEDIMENTO	110	R\$ 1.739,96	R\$ 191.395,60
1.14	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	PROCEDIMENTO	16	R\$ 2.184,16	R\$ 34.946,56
1.15	HISTERECTOMIA TOTAL	PROCEDIMENTO	200	R\$ 2.536,12	R\$ 507.224,00
1.16	HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	30	R\$ 1.858,72	R\$ 55.761,60
1.17	MIOMECTOMIA	PROCEDIMENTO	90	R\$ 2.115,76	R\$ 190.418,40
1.18	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	PROCEDIMENTO	10	R\$ 1.968,06	R\$ 19.680,60
1.19	POSTECTOMIA	PROCEDIMENTO	30	R\$ 517,12	R\$ 15.513,60
1.20	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	PROCEDIMENTO	23	R\$ 678,40	R\$ 15.603,20
1.21	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	PROCEDIMENTO	23	R\$ 803,59	R\$ 18.482,57

A solução está estimada em R\$ 1.998.952,36 (hum milhão e novecentos e noventa e oito mil e novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) para um período de 12 (doze) meses.

## 5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente, sendo estudados processos de contratações semelhantes feitas por este e outros órgãos, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Visando os critérios e regras pré-estabelecidas pelo Ministério da Saúde e fomentado pela Portaria GM/MS nº 2.336 de 12 de dezembro de 2023 e pela nota Técnica 01/2024 expedida pela SESAB e CONSEMS/BA.

Em sede de informação, para a pesquisa de mercado, fora considerado a Nota Técnica 01/2024 e a Portaria GM/MS nº 2.366/2023.

## 6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO GLOBAL (COMO UM TODO)

Após o levantamento de mercado reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública é o Credenciamento de Pessoa Física ou Jurídica com capacidade técnica e expertise necessária para atender as demandas referentes ao objeto deste ETP.



O credenciamento visa dar suporte aos serviços médicos prestados por essa autarquia aos seus munícipes. Visando também o cumprimento dos objetivos da Portaria GM/MS nº90/2023

## 7 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

A realização do credenciamento por itens ou lotes encontra previsão no art. 40, § 2º da Lei nº 14.133/2021, desde que (i) o objeto seja divisível econômica e tecnicamente; (ii) não reste comprometida a integridade do objeto da contratação e (iii) a divisão não culmine na elevação desproporcional dos preços, tudo de forma a garantir ampla e maior competitividade entre os licitantes interessados na licitação.

Diante da necessidade e da vantagem para a Administração Pública no parcelamento da contratação, entende-se que o método mais eficiente para o parcelamento é a realização de uma única licitação, com todo o objeto sendo adjudicado (concedido, atribuído) a um licitante único, mas havendo permissão para que a licitante vencedora realize subcontratação de uma parte específica do objeto.

## 8 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

Deseja-se realizar o credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos com padrão de qualidade necessária para uma melhor manutenção dos serviços públicos e cumprimento da Portaria GM/MS 90/2023, e do Programa Nacional de Redução de Filas. Reduzindo dessa maneira de forma significativa a quantidade de pacientes de nosso município que aguardam na fila da Regulação

## 9 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em razão do grau de complexidade da contratação não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

## 10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.



Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos.

## 12 ANÁLISE DE RISCOS

A análise de riscos presente projeto pode ser conferido através do Anexo I.

## 13 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

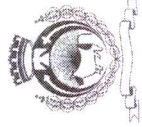
Os estudos preliminares evidenciaram que o credenciamento de pessoa física ou jurídica para solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Inhambupe, 26 de julho de 2024.

**Leandro Silva Matos**

Diretor de Administração e Logística  
Decreto 255/2024 – Matrícula 24594  
Secretaria Municipal de Saúde





## ANEXO I - MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO:** Pessoa Física ou Jurídica para prestação de Serviços Médicos.

### PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

EVENTO DE RISCO	NÍVEL DO RISCO	CLASSIFICAÇÃO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	TRATAMENTO
Ausência de Empresas interessadas em participar do processo de credenciamento ou não atingir os preços estimados (deserta ou fracassada).	MODERADO	3	Valores abaixo dos valores praticados; Falha na elaboração dos documentos de Formalização da Demanda.	Não execução do projeto; Execução parcial.	#1 – Elaboração do orçamento estimativo que reflita a realidade de preços praticados no mercado para o objeto a ser contratado, utilizando o regulamento Municipal como prioridade. #2 - Na ocorrência da necessidade de contratação de serviços não inclusos, captar orçamentos no mercado atentando para a uniformidade e especificidades das necessidades #3 - Análise financeira preliminar e na fase final, antes do envio para o processo de credenciamento, inclusive nas cotações de preços, garantindo assim a compatibilidade de preços #4 - Divulgar os preços estimados no Termo de Referência para possíveis esclarecimentos/impugnações para correções na fase de seleção do fornecedor
Seleção de fornecedor incapaz de executar o objeto	N/A	N/A	Ausência de previsão de solicitação de documentos que sejam	Não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das	#1 - A previsão de Atestados Técnicos deverá estar redigida no Termo de Referência.



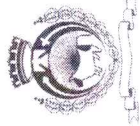


## ANEXO I - MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO:** Pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos.

### PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

EVENTO DE RISCO	NÍVEL DO RISCO	CLASSIFICAÇÃO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	TRATAMENTO
Ausência de Empresas interessadas em participar do processo de credenciamento ou não atingir os preços estimados (deserta ou fracassada).	MODERADO	3	Valores abaixo dos valores praticados; Falha na elaboração dos documentos de Formalização da Demanda.	Não execução do projeto; Execução parcial.	#1 – Elaboração do orçamento estimativo que reflita a realidade de preços praticados no mercado para o objeto a ser contratado, utilizando o regulamento Municipal como prioridade. #2 - Na ocorrência da necessidade de contratação de serviços não inclusos, captar orçamentos no mercado atentando para a uniformidade e especificidades das necessidades #3 - Análise financeira preliminar e na fase final, antes do envio para o processo de credenciamento, inclusive nas cotações de preços, garantindo assim a compatibilidade de preços #4 - Divulgar os preços estimados no Termo de Referência para possíveis esclarecimentos/impugnações para correções na fase de seleção do fornecedor
Seleção de fornecedor incapaz de executar o objeto	N/A	N/A	Ausência de previsão de solicitação de documentos que sejam	Não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela das	#1 - A previsão de Atestados Técnicos deverá estar redigida no Termo de Referência.



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAMBUPE**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

			imprescindíveis para a contratação como de Atestados de Capacidade Técnica que detenham de quantidades mínimas satisfeitas; Contratação de empresa punida em outros órgãos por atraso; Falta de fiscalização durante as entregas	obrigações previstas em Termo de Referência	#2 – O objeto será contratado mediante apresentação da qualificação técnica específica a ser definida pela Secretaria demandante e que seja documentos idôneos, capazes de satisfazer a necessidade da atualização da demanda. #3 - Art. 9 da Lei 14.133/21 - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações para contratação de fornecedor/prestador de serviços
Restrição à competitividade.	N/A	N/A	adoção de medidas restritivas como: Informações incompletas na descrição dos itens; Indicação de documentação restrita;	Impugnações suspensão do processo de credenciamento para análises internas de possibilidade de elevação dos preços contratados Possibilidade de incompatibilidade dos Serviços contratados	A Equipe de Planejamento irá adotar características específicas que estejam de acordo com a natureza do objeto de contrato; deverá buscar informações em conformidade com a descrição dos itens podendo inclusive citar alternativas com as vantagens e desvantagens prevendo a aquisição similar/equivalente/superior; deverá buscar justificativas para a solicitação de documentos restritos deverá indicar as condições da prestação dos serviços
Levantamento de mercado deficiente	BAIXO RISCO	2	Dificuldade de Contratação dos serviços	Interrupções no processo de contratação com vistas a falta do produto/serviço contratado devido à má análise do mercado existente	Pesquisa regional para identificar possíveis fornecedores.



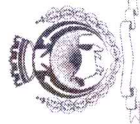
## PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

EVENTO DE RISCO	NÍVEL DO RISCO	CLASSIFICAÇÃO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	TRATAMENTO
Atrasos nos pagamentos acima dos prazos legais definidos por Lei, ocasionando o retardo na continuidade dos serviços ou entrega de produtos contratados	BAIXO	2	Ausência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento dos serviços executados ou da entrega dos produtos no exercício financeiro em curso	Interrupção da execução contratual, e retardo na prestação dos serviços e entrega dos produtos	#1 - Enviar Estudo Preliminar de Contratação para a Secretaria de Finanças para indicar a disponibilidade orçamentária #2 - Iniciar o Termo de Referência para contratação mediante a previsão de existência de recursos orçamentários para a execução dos serviços #3- Iniciar processo de credenciamento com previsão orçamentária para o contrato.

## FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

EVENTO DE RISCO	NÍVEL DO RISCO	CLASSIFICAÇÃO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	TRATAMENTO
Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos	LEVE	2	Multicontratos de demandas internas aos mesmos profissionais.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade	#1 – Definir equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação #2- Definir metodologia interna para o gerenciamento de prioridades #3 - As Chefias Imediatas devem adotar o mapeamento de produção das equipes, com fins a identificar a real possibilidade de execução das demandas
Fiscalização ineficiente do contrato	BAIXO RISCO	1	Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato; Falta de conhecimento do	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade; Serviços incompatíveis com a necessidade real e compatível para sanar o problema	#1 - Definir procedimento interno na Secretaria de Administração com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização #2 - Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores que serão indicados como Fiscais de Contratos #3 - Reuniões com mesa aberta para discussão





			objeto, serviços e produtos a serem adquiridos		sobre as melhores diretrizes a seguir com a contratação e exposição de motivos, falhas, soluções e diversos para corrigir a fiscalização
Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços	N/A	N/A	Metodologia de avaliação e quantificação subjetiva ou não proporciona mecanismo para quantificar a demanda	Paralisação da execução contratual, ou pagamento de serviços não completos	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definida no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização; O Planejamento das quantidades a serem contratadas/adquiridas deverão estar no Estudo Técnico Preliminar, sempre que possível, demonstrando a necessidade mensal



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

### **1 DO OBJETO**

**1.1** Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos.

**1.2** Os serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**1.3** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.138/2024.

**1.4** A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, porém será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente.

**1.5** O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021.

### **2 DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** Justifica-se a presente solicitação tendo em vista a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**2.2** A contratação pretendida consiste na referência do estudo técnico preliminar que caracteriza o interesse público para o fornecimento, a fim de evidenciar a solução a ser atendida de modo a permitir a avaliação econômica da contratação, definido no art. 18, §1º da Lei n. 14.133/2021.

**2.3** A contratação, via CREDENCIAMENTO, é a opção da modalidade escolhida como a melhor forma de atendimento aos interesses públicos, garantindo eficiência, flexibilidade e continuidade dos serviços de saúde.



### 3 ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

ITEM	PROCEDIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.1	COLECISTECTOMIA	PROCEDIMENTO	90	R\$ 2.087,31	R\$ 187.857,90
1.2	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	10	R\$ 2.772,20	R\$ 27.722,00
1.3	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	PROCEDIMENTO	7	R\$ 1.889,72	R\$ 13.228,04
1.4	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEIRA E SUPERCILIOS	PROCEDIMENTO	23	R\$ 157,50	R\$ 3.622,50
1.5	EXERESE DE CISTO SACRO- COCCIGEO	PROCEDIMENTO	12	R\$ 492,96	R\$ 5.915,52
1.6	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	PROCEDIMENTO	26	R\$ 955,49	R\$ 24.842,74
1.7	HEMORROIDECTOMIA	PROCEDIMENTO	150	R\$ 1.263,76	R\$ 189.564,00
1.8	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	PROCEDIMENTO	80	R\$ 1.601,23	R\$ 128.098,40
1.9	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	25	R\$ 1.308,77	R\$ 32.719,25
1.10	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	PROCEDIMENTO	50	R\$ 1.349,80	R\$ 67.490,00
1.11	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	PROCEDIMENTO	140	R\$ 1.704,08	R\$ 238.571,20
1.12	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	PROCEDIMENTO	17	R\$ 1.782,04	R\$ 30.294,68
1.13	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	PROCEDIMENTO	110	R\$ 1.739,96	R\$ 191.395,60
1.14	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	PROCEDIMENTO	16	R\$ 2.184,16	R\$ 34.946,56
1.15	HISTERECTOMIA TOTAL	PROCEDIMENTO	200	R\$ 2.536,12	R\$ 507.224,00
1.16	HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	PROCEDIMENTO	30	R\$ 1.858,72	R\$ 55.761,60
1.17	MIOMECTOMIA	PROCEDIMENTO	90	R\$ 2.115,76	R\$ 190.418,40
1.18	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	PROCEDIMENTO	10	R\$ 1.968,06	R\$ 19.680,60
1.19	POSTECTOMIA	PROCEDIMENTO	30	R\$ 517,12	R\$ 15.513,60
1.20	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	PROCEDIMENTO	23	R\$ 678,40	R\$ 15.603,20
1.21	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	PROCEDIMENTO	23	R\$ 803,59	R\$ 18.482,57

**3.1** O custo estimado total da contratação é de R\$1.998.952,36 (um bilhão e novecentos e noventa e oito mil e novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).





**3.2** Para definição de preços fora utilizado como referência o ANEXO II da Nota Técnica 01/2024 do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia (COSEMS/BA).

**3.3** Para definição do quantitativo, fora analisado o banco de dados da fila da regulação ponderando a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão dos serviços públicos prestados.

## **4 DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**4.1** O serviço contratado será realizado por execução indireta.

**4.2** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**I.** O local de realização dos procedimentos será executado preferencialmente no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Antônio Carlos Magalhães, observando-se a realidade do centro cirúrgico para o tipo de procedimento a ser executado, objetivando sempre o bem-estar do paciente.

**II.** A periodicidade e dias de execução dos procedimentos, serão definidos no momento da solicitação e em conformidade com as especificidades de cada procedimento.

**4.3** A CREDENCIADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

## **5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A descrição da solução como um todo, encontra-se especificada no Estudo Técnico Preliminar – ETP e abrange o Credenciamento de Pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços médicos de procedimentos cirúrgicos, necessários à continuidade da solução das necessidades nas dependências da Administração Municipal.

O credenciamento visa atender especificações do Programa Nacional de Redução de Filas instruída pela Portaria GM/MS nº90/2023 e pela Nota Técnica CIB nº97/2024 e continuidade de assistência a saúde para os munícipes de Inhambupe, cabendo o prazo da prestação ser mediante as necessidades apresentadas pela Administração Pública.



## 6 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Categoria Econômica:** Serviços

**Órgão:** 2070 – Secretaria Municipal de Saúde

**Projeto Atividade:**

2204 – Gestão e manutenção das ações – Hospital

2209 – Gestão e manutenção das ações – Atenção Especializada

**Elemento Despesa:**

339039 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

339036 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física

**Fonte:** 500, 600, 706

## 7 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1 O prazo de execução deverá de 48 horas, a contar da assinatura do contrato, e o prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ocorrer a prorrogação de vigência do contrato, caso cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

## 8 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

§1º. Só será admitida a contratação de Pessoa Física para execução do objeto constante neste TR, na inexistência de vínculo do profissional com Pessoa Jurídica que conste em seu rol de atividades (CNAE – Código Nacional de Atividades Econômicas) a categoria de serviço requisitados no **item 4** do presente TR.

§2º. Os documentos exigidos para habilitação tanto para Pessoa Física ou Jurídica poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas por quaisquer integrantes da Comissão de Licitação, a partir do original.

§3º. Os documentos emitidos via internet, por órgãos ou entidades públicas, e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações. A comissão de licitação poderá averiguar a autenticidade dos documentos emitidos via internet mediante pesquisa nos sites respectivos.



**8.1** Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

**8.2** Sendo assim, os documentos exigidos serão:

**8.2.1 Habilitação jurídica:**

**I. Pessoa Física:**

- a) Documentos Pessoais (Documento de Identificação Oficial com foto e CPF)
- b) Título de Eleitor;
- c) Certidão de Quitação Eleitoral;
- d) Currículo Resumido do Profissional que irá executar os serviços, devidamente assinado;
- e) Cópia autenticada da Carteira do respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços;
- f) Cópia autenticada do Diploma ou Certificado de conclusão do curso do profissional / especialização que irá executar os serviços;
- g) Certidão Negativa de Débito com o respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços;
- h) Certidão Negativa de Nada Consta de Processo com o respectivo Conselho de Classe do profissional que irá executar os serviços (que não responde a processo disciplinar);
- i) Declaração de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.
- j) Cópia comprovante de residência
- j.1) Deve constar data de emissão com o máximo de 60 dias da data de habilitação;
- k) Cópia de Comprovante de Conta Corrente;





- l)** Certidão Negativa da Receita Federal;
- m)** Certidão Negativa da Receita Municipal
- n)** Certidão Negativa da Receita Estadual;
- o)** Certidão Negativa débitos Trabalhista (CNDT);
- p)** Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida no site do TCU;
- q)** Certidão Negativa de Licitantes Inabilitados emitida no site do TCU;
- r)** Declaração de Autônomo;
- s)** Declaração de Acumulação de Cargos com firma reconhecida do declarante;
- t)** Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- u)** Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;
- v)** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste TR e seus anexos;
- w)** Declaração de que não é servidor público do Poder Executivo Municipal;
- x)** Atestado de Antecedentes Criminais;
- y)** Em se tratando de estrangeiros a documentação deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.
- y.1)** Apresentação, quando exigido por lei, comprovante de revalidação de diploma e registro profissional, emitido pela autoridade competente.

## **II. Pessoa Jurídica:**

- a)** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



- | DATA       | TEMPO DE DEFECÇÃO | VALOR  | VALOR EM 18/07/2024 | REVISÃO EM 18/07/2024 |
|------------|-------------------|--------|---------------------|-----------------------|
| 01/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 02/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 03/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 04/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 05/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 06/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 07/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 08/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 09/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 10/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 11/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 12/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 13/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 14/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 15/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 16/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 17/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 18/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 19/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 20/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 21/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 22/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 23/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 24/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 25/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 26/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 27/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 28/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 29/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 30/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 31/07/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 01/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 02/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 03/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 04/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 05/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 06/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 07/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 08/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 09/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 10/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 11/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 12/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 13/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 14/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 15/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 16/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 17/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 18/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 19/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 20/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 21/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 22/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 23/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 24/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 25/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 26/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 27/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 28/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 29/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 30/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 31/08/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 01/09/2024 | 10:00             | 100,00 | 100,00              |                       |
| 02/09/2024 | 10:00             | 100,   |                     |                       |



**I) Cópia do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado que comprove vínculo societário.**

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;**
- c) Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- d) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;**
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**
- h) Alvará expedido pela Vigilância Sanitária;**
- i) Comprovante de inscrição no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde);**
- j) Registro do responsável técnico da empresa na entidade profissional competente.**





- k)** Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- l)** Quando houver exigência dos órgãos competentes, a Pessoa Jurídica deve apresentar comprovante de autorização/regularidade de órgãos como INMETRO, ANVISA, CONSELHOS DE CLASSE FEDERATIVO dentre outros.
- m)** Quando serviços tratados nesse TR exigir qualificação técnica profissional com fiscalização através do Sistema de Conselhos Profissional, a Pessoa Jurídica deve apresentar juntamente com a documentação de habilitação, os documentos constantes no item 10.2.1 inciso I, alíneas a, b, c, d, e, f, g, h.
- n)** No momento da contratação, poderá ser exigido documentos previstos em Lei, das quais não consta nesse TR.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

- a)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b)** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - b.1)** No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
  - b.2)** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
  - b.3)** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
  - b.4)** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{(ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$

$$SG = \frac{ATIVO TOTAL}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$

$$LC = \frac{ATIVO CIRCULANTE}{PASSIVO CIRCULANTE}$$

d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

g) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.



h) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## 9 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I. Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

a) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

c) A Pessoa Física ou Jurídica disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela Administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 10 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

I. A seleção do prestador deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência.

## 11 DA GARANTIA DA PROPOSTA

I. Não será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.





## 12 DA GARANTIA DO CONTRATO

I. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 13 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**13.1** A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Edna da Rocha Souza dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

**13.2** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

**13.3** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**13.4** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**13.5** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**13.6** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

**13.7** O gestor do contrato, será a servidora **Rebeca Pamela Martins Bezerra**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I. analisar a documentação que antecede o pagamento;



- II.** analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III.** analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV.** analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V.** acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI.** decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

**13.8** O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência.

**13.9** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

## **14 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**14.1** O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida contratação, se dará:

- I.** provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;
- II.** definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**14.2** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados da liquidação, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da 14.133/21.

- I.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



a) A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

**I.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e relatório dos serviços prestados-

b) O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

c) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

d) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**II.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**III.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**II.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**III.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

## **15.12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**15.1** A CONTRATADA obriga-se a:

- I.** executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- II.** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- III.** arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;
- IV.** utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- V.** apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e/ou outro documento equivalente;
- VI.** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;
- VII.** instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- VIII.** relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- IX.** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**X.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**XI.** não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

**15.2** Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

**1.2** As características indicadas na proposta vinculam a referida contratação;

## **16 OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

**16.1** A CONTRATANTE obriga-se a:

**I.** Proporcionar todas as condições para que a CREDENCIADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

**I.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**II.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**III.** Notificar a CREDENCIADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**II.** Pagar à CREDENCIADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

## **17 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**I.** Será admitida a subcontratação parcial desde que não parte essencial do serviço.



## 18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**1.3** O Município de Inhambupe reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

**1.4** Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal 138/2024.

**18.1** Fica eleito o foro da Comarca de Inhambupe como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

**LEANDRO SILVA MATOS**  
Diretor de Administração e Logística  
Decreto 255/2024  
Secretaria Municipal de Saúde

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias à prestação dos serviços, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Inhambupe-BA, 30 de julho de 2024

**ANTONIO DE ARAÚJO DANTAS**  
Secretário Municipal de Saúde  
Decreto 151/2023